

*Economia - Brasil*

# Falta ao governo o sentido de urgência

Se os juros, dentro de cinco anos, forem tão altos quanto hoje, algo estará errado com o Plano Real, comentou em São Paulo, esta semana, o diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Francisco Lopes. Mesmo sem tomar as palavras literalmente, é difícil evitar a inquietação: seja um prazo de cinco, de quatro ou de três anos, não se percebe, no governo, um claro sentido de urgência. As taxas cairão, segundo o economista, mas ninguém pode prever com que rapidez. O problema não é de adivinhação. Se o governo atacar com maior empenho, e com maior eficácia, as causas dos juros elevados, todos poderão apostar com maior tranquilidade no futuro do real. Por enquanto, a ação, embora no rumo certo, parece bem mais lenta do que poderia ser.

Diante desse fato, não há grande motivo para celebrar a decisão do Comitê de Política Monetária, anunciada anteontem, de baixar de 1,78% para 1,76% ao mês a Taxa de Assistência Financeira do Banco Central (TBAN). Essa taxa é cobrada nos empréstimos oficiais a instituições mais necessitadas, sem título público para usar como garantia. A Taxa Básica do Banco Central (TBC), aplicada nos empréstimos a bancos

em melhor situação, continuou como estava: 1,58% ao mês. Com esse resultado, a autoridade monetária procurou transmitir, aparentemente, algum otimismo: a moderada redução da TBAN confirma a disposição de ir cortando os juros, embora devagar. A manutenção da TBC indica, porém, uma atitude prudente (ver comentário no *Caderno Economia & Negócios*). Afinal, ninguém está seguro de como vai evoluir a política monetária nos Estados Unidos, nos próximos meses. Se o Banco Central norte-americano decidir impor um aperto de crédito, outros países terão de se ajustar. Para que correr o risco de um recuo?

Mas a política norte-americana, relevante para todo o mundo, é ainda mais significativa para países nas condições do Brasil. Quando se tem, nas transações externas, um déficit em conta corrente próximo de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB), qualquer fator capaz de mexer no financiamento internacional ganha uma enorme importância. A contrapartida contábil desse déficit é o buraco nas contas públicas, uma



questão politicamente complicada. Juro alto é mera consequência. A questão, portanto, é simplesmente a seguinte: o governo tem a disposição de enfrentar com maior vigor os verdadeiros problemas? Algumas ações, não há como negar, vêm sendo realizadas. A desvalorização cambial tem sido um pouco mais acentuada, e isso produz algum benefício para a exportação. Esse benefício tem sido parcialmente neutralizado, na Europa e no Japão, pela valorização do dólar. Também têm fluído um pouco mais facilmente os financiamentos a produtores e exportadores. Mas o País ainda não dispõe de uma política bastante firme e eficaz de crédito, indispensável à competitividade. Os mecanismos ainda são lentos, em comparação com os padrões internacionais, e a oferta efetiva de recursos continua limitada. Ao mesmo tempo, o conserto das contas públicas avança lentamente, em todos os níveis da administração. As reformas, além disso, têm sido menos amplas do que se poderia desejar. Isso é inevitável na democracia, dirão os mais complacentes.

Mas será realista essa avaliação?

Politicamente, o governo tem sido menos eficaz do que se poderia pretender, na condução das mudanças mais importantes. Falta ao Executivo um firme envolvimento político na condução das reformas e na negociação das questões estratégicas. O trabalho do ministro Sérgio Motta, na privatização das telecomunicações, aparece como

**Com maior empenho político, impasses da economia seriam resolvidos mais prontamente**

exceção: os objetivos são mais claramente delineados e o trabalho produz avanços mais sensíveis. Há mais nitidez na estratégia e nos meios mobilizados — incluída a política

industrial associada à modernização do setor. Se a mesma energia fosse aplicada, com o mesmo grau de coordenação, nas políticas de comércio e de competitividade, o déficit comercial poderia ser cortado mais velozmente. Boas idéias só produzem resultados com boa operação. É uma obviedade, mas o presidente Fernando Henrique Cardoso não deveria desprezá-la ao avaliar o trabalho de sua equipe.